

Documentação

Fonte: OSP (geral)

Data: 4/9/2001 Pg A10

Class.: 143

## Ruralistas e ambientalistas: a luta pelo espaço a conservar

*Os dois grupos se enfrentam no Congresso pelo tamanho da reserva legal*

HERTON ESCOBAR

A questão central da batalha entre ruralistas e ambientalistas sobre a modificação do Código Florestal é determinar quanto de uma propriedade particular pode ser desmatado e quanto precisa ser preservado como mata nativa – a chamada reserva legal. Na Amazônia, a legislação atual exige que 80% da propriedade seja conservada, o que agrada aos ambientalistas. Os ruralistas concordam a princípio com a lei, mas querem poder reduzir a reserva legal para 20% depois de cinco anos. Isso ocorreria por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), um estudo que determina qual a melhor vocação da terra.

Tudo depende de como cada um vê a Amazônia. Os ruralistas – bloco formado pelos grandes proprietários rurais, além de madeireiros, mineradores e usineiros – vêem a maior flores-

ta do mundo como um empecilho ao desenvolvimento econômico do País. Os ambientalistas encaram a Amazônia como um tesouro biológico que precisa ser explorado da forma mais cuidadosa possível.

Em qualquer propriedade rural, duas regiões são protegidas por lei: a reserva legal e as áreas de preservação permanente (APPs). A primeira tem um tamanho determinado para cada ecossistema e sua localização é escolhida pelo proprietário e lavrada em cartório. O dono pode explorar a reserva legal, mas sem desmatar. As APPs são determinadas pela geografia – matas ciliares, nascentes de rio e morros –, não têm limite de tamanho e devem ficar intocadas.

O Código Florestal (de 1965), é regido desde julho de 1996 pela Medida Provisória 2.166, que precisa ser reeditada pelo governo

a cada 30 dias. Uma comissão mista do Congresso é encarregada de propor um novo código. Os ambientalistas querem que a MP seja transformada em lei, enquanto os ruralistas (maioria na comissão) querem aprovar um texto substitutivo, favorável aos seus interesses.

**T**UDO  
DEPENDE DE  
COMO SE VÊ  
A AMAZÔNIA

## Chefes das florestas nacionais repudiam projeto de Micheletto

JOSÉ MARIA TOMAZELA

IPERÓ – Os chefes das 58 florestas nacionais do País assinaram uma moção de repúdio ao projeto de lei do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) por alterar substancialmente a categoria de reserva legal e áreas de preservação permanente, permitindo a redução das áreas cobertas com matas nativas em território nacional.

O projeto será votado hoje pela comissão mista do Congresso que analisa mudanças no Código Florestal. As assinaturas foram colhidas durante o 10.º Encontro de Chefes de Florestas Nacionais, encerrado neste fim de semana, em Iperó, interior de São Paulo.

As florestas nacionais são uma das categorias de unidades de conservação da natureza que, diferentemente dos parques e reservas, podem ser exploradas desde que mantida a vegetação original.

**Retrocesso** – Para os signatários, se aprovada, a proposta do deputado representará um retrocesso sem precedentes nas conquistas ambientais que o País obteve nos últimos anos. Os chefes das unidades de conservação federais elaboraram também a chamada Carta de Ipanema, que contém um diagnóstico da situação das florestas e reservas. O relatório foi encaminhado ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.